

Lars Schmidt GRAEL

Sinto-me na obrigação, hoje, de fazer uma palestra na abertura deste congresso, mas não na competência de trazer, talvez, conteúdo para um fórum tão qualificado como este. Então acho que muito mais do que o ex-secretário nacional, ex-secretário estadual, muito ex, falarei como atleta, cidadão brasileiro, observador do cenário do esporte do Brasil e dos países de língua portuguesa.

Primeiro vendo o cenário onde estamos inseridos. Quanto à questão da educação física no Brasil, considero uma questão crucial, pois percebo um nítido vácuo sobre a responsabilidade, legislação e a quem compete a boa promoção da educação física, uma vez que quando o esporte no Brasil dissociou-se da estrutura ministerial da educação, a educação física caiu num espaço vazio com relação a essa jurisdição entre educação e esporte.

Fui formado no meu esporte, a vela, nos jogos estudantis brasileiros, anos 70, nessa época representou um avanço, no entanto houve um retrocesso, e hoje começasse um movimento de resgate quanto ao tema educação física/esporte. O Brasil teve um avanço quando houve o reconhecimento de uma década atrás, da profissão e do profissional de educação física. A criação dos Conselhos Regionais de Educação Física e do Conselho Federal - CONFEF. Temos centenas de entidades de ensino superior formando profissionais da educação física. Mas falta-nos, ainda, o avanço de uma política que permita o bom aproveitamento desses profissionais para que sirvam como agentes sociais, agentes da promoção da saúde e da educação física em todo o território nacional.

Temos ainda na educação física uma referência importante para o nosso país que é o presidente da Federação Internacional da Educação Física, da FIEP, um homem que muito nos orgulha, uma referência em gestão pública que é o Prof. Manoel Gomes Tubino.

Na área social é onde o Brasil hoje verifica sua maior transformação do aproveitamento da gestão esportiva, porque até então no esporte brasileiro estava voltado aos seus órgãos de gestão pública municipal, estadual, e federal, voltado à promoção da educação física, do esporte escolar e do esporte na ótica da competição, do rendimento e da performance. Ainda estava vinculado a um conceito, de certa forma, de valorização de um dos grandes talentos num processo de quase eugenia dos melhores brasileiros com capacidade para competição e isso transformou-se profundamente com o fenômeno do “Esporte para Todos”, que o Brasil foi adotando esse conceito a partir da segunda metade dos anos 70, movimento que fortaleceu também

o esporte de participação, a inclusão social através do esporte e fortaleceu a nossa legislação esportiva, posterior a constituinte aonde no artigo 217 houve uma mudança de rumo e de viés da política esportiva nacional.

Nesse campo social é que o Brasil vem experimentando programas governamentais desde a gestão de 1994, 1995 do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso quando deu ao esporte a primeira vez a capacidade de ter um ministério representativo, ainda um ministério insipiente que era um ministério extraordinário do esporte, ocupado por um ídolo no esporte brasileiro e internacional que foi o Pelé.

A partir daí, surgiu o programa governamental “Esporte Solidário”, com objetivo de capacitar profissionais, coordenadores e monitores, bem como levar o esporte como meio de promoção e inserção social em comunidades carentes de todo o país. Na verdade, o Esporte solidário cresceu, mas sempre esteve limitado pela falta de investimentos para que tivesse uma envergadura em todo o território nacional.

Seguido ao Programa “Esporte Solidário”, ainda no governo Fernando Henrique, surgiu o programa “Esporte na Escola”, que na verdade tentou ocupar esse espaço deixado pelo esporte educacional nessa falta de jurisdição entre educação e esporte. O “Esporte na Escola” pelo menos permitiu mudanças em nossa legislação resgatando a obrigatoriedade da educação física nas escolas e permitindo que a União, Estados e Municípios utilizassem recursos carimbados da “Educação” em aplicação à educação física e práticas esportivas nas escolas, incluindo-se nisso a infra-estrutura esportiva.

Chegamos então no governo Luiz Inácio Lula da Silva, onde esse dois programas foram unidos em um único programa, em uma única bandeira, que é o programa “Segundo Tempo”. Hoje vem fazendo o possível para avançar para nossas crianças e jovens do Brasil levando esse exemplo de que nós podemos formar cidadãos, prevenindo a violência e outros fatores e mazelas que atingem a nossa sociedade.

No campo da educação, o esporte também é visto como um importante instrumento. Alguns Estados, como o Estado de São Paulo, com um índice maior de desenvolvimento, possui já uma relação que para cada escola pública há uma quadra poliesportiva. Mas o Brasil ainda vive a desigualdade de dados, como os do Ministério da Educação que provam que na região nordeste, para cada quadra poliesportiva em escola pública, tem-se 23 escolas sem, ou seja, uma grande defasagem, uma dificuldade em avançar com a questão do esporte vinculado à educação.

Temos também no campo do lazer, este vinculado ao esporte, o surgimento de vários programas, projetos e ações governamentais ou do próprio terceiro setor buscando a melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos. O Brasil vive uma onda de violência sem precedentes. Quando se faz qualquer tipo de pesquisa de opinião pública daquilo que mais aflige, daquilo que mais preocupa o cidadão brasileiro, sobretudo nas grandes metrópoles, há preocupação com a segurança pública. O Brasil hoje tem um índice que para corrigir o déficit do sistema penitenciário nós temos que construir só no Estado de São Paulo 2,5 presídios por mês. Há uma sensação de estarmos “enxugando gelo”, porque há um processo constante de gastos públicos, aumentando o sistema penitenciário que não para de crescer. Daí a importância de buscamos soluções para prevenção, para evitar esse crescimento. Fiquei surpreso e feliz em ver que a Folha de São Paulo publicou uma pesquisa sobre as 15 matérias de relevância nacional que deveriam ser estudadas com prioridade para prevenção à violência e no item número um apareceu lazer, cultura e esporte, ou seja, ocupar os jovens com valores éticos, cívicos, morais, valores estes importantes e que faltam em nossa sociedade, evitando o tempo ocioso e o sedentarismo.

No campo da ciência, o Brasil é um grande produtor de pensamento, de formação de conhecimento acadêmico no tema da educação física e do esporte, e o Ministério do Esporte, deu uma contribuição ao criar a chamada rede CENESP - Centros de Excelência Esportiva, onde houve um avanço notável, com adesão das entidades públicas de ensino superior à rede CENESP. Hoje nos temos grandes profissionais contribuindo com as políticas públicas do Ministérios do Esporte, nos Estados e Municípios, no entanto ainda sentimos um distanciamento entre a produção do pensamento, do conhecimento e da informação, com a boa utilização na prática esportiva. Esse é um grande desafio que poderia ser discutido neste congresso.

Mas tudo isto que eu falei sobre a relevância da Educação Física e do Esporte, as políticas públicas, as políticas sociais, a questão da saúde, da educação, da segurança pública esbarra num grande problema, numa grande contradição. Nós todos encampamos um discurso, hoje, sobre a importância, sobre a relevância social que o esporte apresenta em nossos países, mas temos a retórica, mas temos a dificuldade de aplicação na prática, porque aonde vem a contradição?... a falta da capacidade de investimentos. O esporte ganhou no Brasil importância política, portanto, ele saiu de uma fração orçamentária, ou de uma sub-secretaria ou de um departamento do Ministério da Educação, ele saiu para ocupar uma secretaria nacional ligada a presidência da república, a uma autarquia pública foi o instinto INDESP, um Ministério Extraordinário, depois um ministério composto com o Esporte e o Turismo, e hoje um ministério específico do esporte, tão bem ocupado hoje pelo ministro Orlando Silva

Junior. Portanto ele ganhou importância política, chegou então no discurso da nossa classe política, parlamentares, congressistas, mas não teve um aumento na mesma proporção na sua capacidade de investimentos, ou seja, o Ministério do Esporte hoje corresponde à 0,02% da dotação orçamentária da União. Nenhum Estado da federação brasileira investe no tema esporte, educação física ou atividade física e lazer mais que 0,02%, ou seja, é muito pouco. Aí talvez a necessidade de um re-estudo se damos importância política a um setor porque achamos que essa matéria tem mérito e precisa ser trabalhada porque não aumentar a capacidade de intervenção e investimento.

Dois anos atrás, quando estávamos no auge do congresso da Conferência Nacional do Esporte, promovida pelo Ministério do Esporte, eu fiz uma provocação, um texto que foi publicado na Folha de São Paulo, onde nós falamos sobre essa retórica: no esporte, a cada dólar investido representa três dólares na saúde preventiva. Foi o discurso que nós encampamos como argumento de se investir no esporte, não como gasto, mas como um investimento social. Portanto, como justificar tão pouco investimento por parte das secretarias municipais, estaduais e do Ministério do Esporte. Então, propusemos ali que se a sociedade entende que o esporte é realmente importante para a segurança pública, para a prevenção à violência, a uma saúde preventiva, à educação de qualidade, porque não criarmos uma lei de responsabilidade social do esporte, que obrigasse municípios, Estados e União a investirem no mínimo 1% do seu orçamento no tema Esporte/Educação Física. Um por cento é pouco, mas já seria muito comparativamente ao que se pratica no Brasil hoje. Essa é ainda uma bandeira a ser defendida no futuro próximo.

Temos ainda a questão do fenômeno desportivo na geração de emprego, trabalho e renda, no mercado direto e indireto da indústria, do comércio, dos promotores de eventos, das academias de ginástica, dos condomínios e que tem no Brasil um grande crescimento, mas parte dela está numa economia informal e temos uma dificuldade de mensurar qual o tamanho do cenário esportivo na economia brasileira. Mas sabemos do impacto direto que nós causamos no turismo brasileiro e na promoção de eventos de alta relevância, como São Paulo, que na semana que vem irá promover aqui o Campeonato Mundial de Basquetebol Feminino, já seletivo dos Jogos Olímpicos de Pequim. Sempre causa um impacto positivo, na imagem da cidade, do Estado e do país, e um impacto econômico ao município e ao Estado. O Brasil está também prestes a organizar os jogos panamericanos, no Rio de Janeiro, em 2007, evento de grande magnitude e importância nas Américas e não promove desde 1963, data da sua última edição aqui em São Paulo, e o Brasil é ainda candidato a sediar a copa do mundo de futebol para 2014, quisá os Jogos Olímpicos em 2016.

Uma outra área importante que vale a pena citar, é a questão da legislação esportiva no Brasil. Tivemos como

referência a Constituinte, através do artigo 217 que deu um viés mais sócio-educacional à política esportiva brasileira. Depois da constituinte, o Brasil sofreu a influência do que é o fenômeno cultural esportivo do futebol, algo que beira o fanatismo e que tem um lobby de influência muito grande no congresso nacional, e que pressionou o Brasil a direcionar uma legislação esportiva, voltado aos interesses mercadológicos do futebol. Surgiu assim inicialmente a Lei Zico, depois alterada, pela atual Lei 9.615, a chamada Lei Pelé, que hoje está totalmente desfigurada, pois chamam o futebol de desporto e engloba toda atividade esportiva dentro daquela situação específica. A Lei Pelé foi alterada várias vezes pela lei chamada Lei Miguilo Vilela e até hoje o nosso Congresso Nacional promoveu uma comissão especial do Estatuto do Desporto, ao seja, uma comissão especial para discutir e consolidar uma nova legislação esportiva. Para os senhores perceberem como o tema é tido como de pouca importância por nossos políticos e congressistas, esta comissão especial que era provisória e tinha o prazo de um ano de funcionamento, já se passaram cinco anos e quatro meses e sequer a matéria foi votada e aprovada na câmara dos deputados, para ainda ir ao Senado Federal, para retornar à Câmara para posterior sanção presidencial. Ou seja, nós vivemos num vácuo em nossa legislação esportiva. Mas nesse interregno, nós tivemos alguns pontos importantes aprovados em nossa legislação. Primeiro foi a Lei Agnelo/Piva, que leva o nome do ex-ministro. Essa lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Depois tivemos a aprovação da lei de importação de material olímpico e para-olímpico com isenção de IPI, imposto de importação, ao material olímpico e para-olímpico sem similar técnico nacional. Ainda conseguimos reconhecer no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o esporte como meio de ação social. Parece óbvio, mas a legislação não reconhecia e com isso veio junto uma lei de incentivo que permite que cada empresa aplique 1% do seu imposto de renda em projeto sociais esportivos em favor da criança e do adolescente. Entre 2002 e 2003, foi também aprovada no Brasil, uma legislação que defende o direito do consumidor em espetáculos esportivos que é o chamado Estatuto do Torcedor. Curioso é que no ato da aprovação da lei, o Presidente da República disse “Tomara que essa lei pegue”, pois no Brasil tem leis que “pegam” e leis que “não pegam”. Então ao facultar essa possibilidade, a lei “não pegou”. Mas sonhamos que ela venha a “pegar” no futuro. Tivemos ainda a aprovação de um outro instrumento importante em favor do atleta brasileiro, que é a Lei do Bolsa Atleta. Essa foi concebida por uma comissão de atletas desde o seu primeiro presidente, o saudoso Ademar Ferreira da Silva, depois o Bernard Rajzman, atleta do voleibol, eu tive a honra de sucedê-los. O Bolsa Atleta foi concebido juntamente com o Deputado Federal, na época o deputado que era de oposição e que depois tornou-se o nosso Ministro do Esporte, Agnelo Queiroz. Hoje o Bolsa Atleta é

uma realidade, vem sendo muito bem mantida pela atual equipe do Ministério do Esporte, e uma gestão excelente por parte do Secretário André Arantes. Tivemos também esta noite, em votação no Congresso Nacional, uma outra matéria que foi criada pelo Ministério do Esporte, que é a “Time Mania” que é um tipo de loteria que irá incentivar e reduzir a dívida dos clubes de futebol profissional do nosso país. Essa é a questão que ocorreu no campo da legislação esportiva no passado recente.

Um ponto de grande valia estratégico hoje é a integração do sistema esportivo nacional. O esporte é marcado por uma alta hierarquia no campo governamental: o Ministério do Esporte, secretarias estaduais, secretarias municipais, isto para os municípios que possuem secretarias para a área do desporto, que até você chegar na escola ou chegar na comunidade. No campo privado temos os comitês olímpicos e para-olímpicos, as confederações nacionais, federações estaduais, e os clubes. Com essa hierarquia cria muitas vezes dificuldade para que o dinheiro saia lá do topo da sua origem e chegue na ponta, ou seja, para o atleta e o jovem. Mas houve um fenômeno interessante que foi a união pela causa do desporto. Enquanto atleta, eu sempre fui um crítico da “cartolagem”, dos mandos e desmandos do esporte brasileiro, mas quando o destino quis que eu viesse para o lado de cá da mesa e dar uma contribuição como gestor, nós percebemos as dificuldades vividas pelos gestores públicos e buscamos uma integração em torno de um ideal público nacional que é o esporte. Talvez seja a única área governamental onde nitidamente nós não temos oposição e situação. Nós temos posição, posição em favor do esporte. Eu fui secretário nacional e tive como sustentação junto ao Congresso Nacional parlamentares que, por um acaso, eram tidos de oposição. O que mais tarde tornou-se ministro, o deputado Agnelo Queiroz e deputado Gilmar Machado, de Minas. Sempre houve uma união em favor da causa esportiva e isso foi um fenômeno importante. Nos últimos sete anos, o Brasil criou um Fórum Nacional de secretários e gestores estaduais do esporte e lazer que trouxe unidade, na palavra, no apoio, nas reivindicações, por parte dos governos estaduais, que até então chegaram ao órgão federal acompanhado de um parlamentar, deputado, senador, para fazer pressão em busca do seu interesse específico, então esse fórum criou unidade e uma ótima relação direta com o Ministério do Esporte. Criou-se também uma Associação Nacional de Secretarias Municipais do Esporte e Lazer, que representam um poder municipal. Nós atletas buscamos uma voz de representação e criamos uma Comissão Nacional de Atletas, tendo como ideal duas grandes reivindicações, primeiro a criação de um projeto de bolsa atleta, já existente e aprovado no atual governo, e como eu disse, funcionando a contento, e também acento no Conselho Nacional do Esporte, mas mais do que isso, nós buscávamos uma necessidade, uma reivindicação histórica que é a aprovação de uma lei de incentivo fiscal ao

esporte, porque o atleta, hoje, de competição, o promotor de evento, o diretor de um clube esportivo, de uma federação, uma confederação, ele não busca somente viver ou sobreviver de verbas públicas, ele busca o patrocínio privado. Mas o mercado de marketing, propaganda e patrocínio das empresas privadas é um só. O Brasil criou na legislação um benefício específico para o setor da cultura, benefício antigo que tem origem no governo Sarney, pela Lei Sarney, alterada mais tarde pela Lei do Áudio-Visual, lá no governo Itamar Franco, e a Lei Rouanet, até hoje em funcionamento, na promoção da cultura brasileira. O esporte que nunca foi tão unido quanto à cultura, sempre ficou de fora desses benefícios. O que também é uma contradição, porque incentiva-se o setor cultural e não inclui nesse contexto o esporte, sendo que o esporte é a manifestação cultural da atividade física, seja ela competitiva ou não. Mas o fato é que o esporte não soube reivindicar esse mesmo direito e ficou de fora. Dessa forma, essa comissão de atletas luta para que os benefícios na Lei Rouanet ou da Lei da Cultura, também venham a se concretizar com uma lei específica para o esporte. Estamos próximos de alcançar isto. Chegamos muito próximos da assinatura da ata final da Conferência Nacional do Esporte, em 2004, chegou a ir à sanção presidencial. Tivemos o veto da área econômica, perdemos posição, voltamos a avançar e o atual ministro Orlando da Silva Junior logrou êxito em aprovar no poder executivo essa lei de incentivo que está aguardando os nossos deputados terminem os seus interesses eleitorais e votem essa lei que eu acho que é de grande valia para o esporte nacional.

Quanto aos países de língua portuguesa aqui presentes hoje, eu tenho uma identidade pelo fato que devo muito a Portugal, como exemplo. Primeiro porque representou para o meu esporte, a vela, a influência de Portugal por grandes portugueses vieram ao Brasil e trouxeram conhecimento da vela de competição. Dentre eles, os nomes como Duarte Belo e Antonio Roquete, que foram ótimos velejadores, moraram no Brasil por um período e voltaram a Portugal. À Portugal também devo um título mundial que conquistei em dupla com meu irmão Torbem. Foi Portugal que investiu e acolheu, na sua preparação, a participação inédita de um barco brasileiro na regata de Volta ao Mundo, o Brasil 1, onde o Torbem era comandante, e que recebeu um apoio muito grande da Portugal Telecom, em sua base em Caiscais. Portugal também sediará o maior evento da vela internacional, no próximo ano, o mundial da International Sealing Federation, em Caiscais, do qual eu pretendo classificar-me.

Citando um outro país irmão, Angola, que cedeu ao Brasil e a São Paulo um grande velejador, Paulo Santos, que muito impulsionou a vela brasileira. Temos aqui representantes de Moçambique, um país que eu tive orgulho de conhecer em uma reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 2001, quando estive em Maputo, e fiquei feliz em saber que a atual gestão ministerial de Moçambique do Ministério do Esporte, teve uma aproximação maior, parcerias,

investimentos, na área social, sobretudo, com Moçambique e Angola. Além disso, tive a oportunidade, como Secretário Nacional do Esporte, de patrocinar e apoiar a representação brasileira nos Jogos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, em Cabo Verde. Esse foi um evento muito bem sucedido, mas que merece também uma reflexão neste congresso. Hoje, os Jogos da CPLP, que sucederam os antigos Jogos Luso-brasileiros, têm uma importância, mas ainda me parece burocrática e diplomática. Nós deveríamos ultrapassar a barreira da diplomacia, que já é boa, pois já existe uma ótima afinidade entre os países lusófonos, e promovermos um evento que seja de mobilização nacional, todos os oito países. Que possamos apresentar os nossos melhores atletas. Porque não termos a participação da Maria Mantola, dos grandes atletas portugueses, brasileiros, e dos demais países? Veja os países da Commonwealth. A Grã-Bretanha mantém a unidade dos países de língua inglesa, com jogos da Commonwealth, com a participação dos melhores atletas. É um evento altamente prestigiado. Porque não buscarmos um entendimento para que os jogos da CPLP também tenham os melhores atletas, a melhor representação, com mais investimento, com mais divulgação, e possamos então fazer desse evento uma grande confraternização social, cultural e esportiva entre os países irmãos.

Ainda eu gostaria de salientar, uma questão que nós atletas sempre sentimos em nossas experiências. O Brasil é um país carente de identificação dos seus heróis, daqueles símbolos que tornam referência nacional. Até porque nossa história é controversa e há uma tendência em desprestigiar os grandes nomes do nosso país: Marechal Duque de Caxias, Almirante Tamandaré, Marechal Mascaraes de Moraes que comandou as tropas do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Alberto Santos Dumond, pai da aviação. Há uma tendência em desprestigiar os nossos grandes ídolos. Mas é através do esporte onde buscamos e conseguimos com nitidez reconhecer quais são os heróis nacionais. Portanto o esporte vai muito além da competição, da questão social, mas ele busca uma âncora muito forte sobre essa identificação cívica e patriótica. Patriotismo saudável, sem xenofobia, sem diferença étnica ou racial, com o país identificando seus heróis através do esporte. Cito aqui o Pelé e do Zico, no futebol, os campeões mundiais no automobilismo, como Senna, Piquet e Fittipaldi, os nossos grandes ídolos do esporte olímpico, dentre eles o Ademar Ferreira da Silva, João do Pulo, Ricardo Prado, e tantos outros. A busca de identidade cívica e patriótica através do esporte é uma questão importante. O que representa, por exemplo, para Portugal hoje a imagem do ídolo, que é a Rosa Mota ou Carlos Lopes, ou Maria Mantola para Moçambique? Eu venho de uma geração de brasileiros que teve aulas de moral e cívica no currículo escolar. A razão de existir era formação moral e cívica do jovem brasileiro, que recebia noções como cidadão, respeito

à pátria, identificação de heróis, de conhecer o hino brasileiro, o hino da independência, o hino da bandeira, cujo o português é arcaico e de difícil compreensão para o brasileiro moderno. Mas com no regime militar, essas aulas de moral e cívica também foram usadas como forma de proselitismo e de propaganda de um regime de recessão. A fase democrática do Brasil dos últimos 21 anos suprimiu a moral e cívica do nosso currículo obrigatório. Com isso também castrou as nossas gerações recentes a questão do espírito patriótico. O patriotismo não é fruto dos países que sejam nacionalista ou populista. O patriotismo é um catalisador que trás a unidade de país em nação e a busca de interesses em comum de uma sociedade. Trata-se de um fenômeno importante, seja em países capitalistas, socialistas, comunistas, democráticos ou não. Eu tinha um tio dinamarquês e ao visitá-lo em Copenhagen, na Dinamarca, chamava-me a atenção que ele, antes de sair de sua residência para ir trabalhar ou praticar esporte aos finais de semana, tinha como hábito diário subir a bandeira do seu país no mastro do quintal da sua casa sempre cedo pela manhã. Ao voltar do trabalho ou do lazer tirava a bandeira quase que uma cerimônia solitária, sem ninguém perceber, e dobrava a bandeira guardando-a na sua gavetinha até o próximo dia. Isto se repetiu até o final da vida dele. Assim foi o seu vizinho, o seu bairro e o seu país.

O Brasil que perdeu essa identidade patriótica, de certa forma. Amanhã é o dia 7 de setembro, dia da pátria, é o dia em que o brasileiro bota a mala no carro e vai viajar, mal lembra que tipo de feriado é esse que está acontecendo. Dessa forma, observamos que o brasileiro mantém suas raízes com o patriotismo saudável nesses 21 anos foi, felizmente, através do fenômeno esportivo. É onde o brasileiro tem a iniciativa de pegar o pavilhão nacional, a bandeira e colocar na janela

da sua casa, no seu automóvel, ter o orgulho e torcer pelo Brasil, seja na copa do mundo de futebol, nos jogos olímpicos, nos jogos panamericanos. Esse é também um fenômeno que precisamos estudar e promover cada vez mais e melhor.

Para nós atletas, que prestamos algum tipo de serviço ao nosso país, sonhando com um ideal olímpico ao paraolímpico, ou no esporte internacional não olímpico, que procuramos representar o nosso país, buscamos prêmios, resultados e medalhas, criou-se um outro viés que é o da responsabilidade social. Então houve um fenômeno dos atletas e ex-atletas da minha geração, sobretudo, que ao perceberem um estado de desigualdade social que o Brasil vive muito intenso, buscaram levar a sua experiência de conhecimento esportivo e prático, aprimorada com o auxílio de profissionais de educação física, e criaram organizações não-governamentais para atuar na área social. Hoje esse segmento é expressivo e crescente. Só devemos saber dissociar dessa filantropia assistencial à “pílantropia”, pois existe coisa mal intencionada, no meio desse fenômeno. Mas o que prevalece é a boa filantropia, a boa ação social que nós todos precisamos analisar e apoiar esse fenômeno que é o aproveitamento de ex-ídolos esportivos hoje na ação pública social.

Vivemos hoje a busca de uma grande unidade, um grande ideal que é redefinir o papel do esporte junto à sociedade, quais são os deveres e obrigações do governo nessa questão, até onde que ele deve intervir, até onde ele deve agir e promover o esporte na ótica da saúde, de educação, do bem estar social e da qualidade de vida. É isso que nos une. Atletas, dirigentes, profissionais do esporte e da educação física. Este congresso tem uma grande missão, que é essa discussão: a busca dessa nossa identidade e a união dos países de língua portuguesa.

Nota

Conferência de abertura apresentada no dia 6 de setembro de 2006, no XI Congresso de Ciências do Desporto e Educação Física dos países de língua portuguesa, realizado em São Paulo, no período de 6 a 9 de setembro de 2006. Transcrita por Márcia Regina de Sá.